

Documentação

Fonte: OESP (Espaço Aberto)

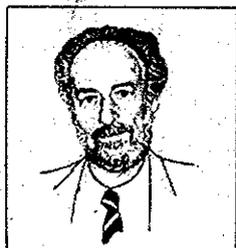
Data: 12/9/2003 Pg. 42

Class.: RHPRO 80

WASHINGTON NOVAES

## Uma ética para a água

**N**as últimas semanas, as caixas de correspondência via internet ficaram abarrotadas de mensagens dando conta de que numa negociação concluída em maio em Montevideu, no âmbito do Mercosul, foi aprovado um "projeto de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável" pelo qual o Banco Mundial e alguns governos europeus financiarão, ao custo de US\$ 27 milhões, o levantamento de informações sobre o Aquífero Guaraní. Este, como se sabe, está sob o solo de vários Estados brasileiros, de Mato Grosso ao Rio Grande do Sul, em cerca de 840 mil km<sup>2</sup>. Sob a Argentina, o Uruguai e o Paraguai está mais um terço das águas desse que é considerado um dos maiores reservatórios subterrâneos do mundo, com 48 mil km<sup>3</sup> (1 km<sup>3</sup> = 1 trilhão de litros). As mensagens aflitas diziam significar esse projeto que "a informação estratégica sobre a mais importante reserva de água doce da região será controlada pelos financiadores do projeto". E abriria caminho à privatização.



**As capitais desperdiçam de 40% a 60% da água tratada que sai dos reservatórios**

Uma notícia como essa, em tempos de "crise da água", gera quase pânico, se não o próprio (seria até conveniente o Itamarati esclarecer à sociedade o que foi negociado). E como não preocupar muito, lendo as notícias de jornais? Para ficar só no que foi publicado nos últimos dias:

■ A Sabesp admitiu que poderá haver racionamento de água na Grande São Paulo em outubro, pois o nível de todos os reservatórios está abaixo do observado no

ano passado e chove abaixo da média;

■ já começou o "rodízio" no Guarujá;

■ o Rio Paraíba do Sul, que abastece cerca de 10 milhões de pessoas, "está quase morto" (Estado, 9/9), com a maior seca dos últimos sete anos, sob risco de não ter água suficiente já em novembro (as chuvas mais

fortes ocorrem a partir de janeiro), e com um nível de poluição (principalmente por esgotos domésticos) quatro vezes acima de sua capacidade de diluí-la. Ou seja, as duas maiores áreas metropolitanas do País em risco.

Em agosto do ano passado, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, o autor destas linhas perguntou, numa conferência de imprensa, ao presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, o indiano Rajendra Pashouri, em que países como o Brasil poderiam ser afetados pelas mudanças e o que deveriam fazer. Ele respondeu já haver indicações de que se agravarão as secas no Nordeste e as inundações no Sul do País; que a agricultura está sendo e será mais afetada em vários pontos do País; e que deveria haver especial preocupação com o abastecimento de água das grandes aglomerações urbanas, que poderá sofrer muito. Portanto, aviso não faltou.

Algumas semanas atrás, já se comentou aqui estudo da Unicamp sobre a migração das culturas de café, principalmente em São Paulo e no Paraná, por causa do aumento da temperatura. Um livro publicado pela Embrapa Meio Ambiente, de autoria dos professores

Magda A. Lima, Osvaldo M. R. Cabral e José Domingos G. Miguez - *Mudanças Climáticas Globais e a Agropecuária Brasileira* -, acrescenta muitas razões para preocupação. Ele ressalta que as projeções de aumento da temperatura no Brasil ficam "em torno de 3 a 5 graus centígrados", com "um aumento médio no volume anual de chuvas em torno de 11% e com aumentos mais expressivos nas latitudes maiores".

Nesse quadro, "projeções de aumentos no volume de chuvas para março a maio e setembro a novembro podem representar maiores dificuldades na fase reprodutiva de cultivos de inverno, riscos de erosão e problemas de colheita de cultivos de verão. Os modelos assinalam reduções no volume de chuvas para o Nordeste, especialmente no inverno (21%), e para o mês de dezembro na Região Sul, representando potencial para agravamento de conflitos quanto à disponibilidade de água".

Do lado da ciência, parece claro o quadro. O que não está claro é o que se pretende fazer no lado da administração pública, principalmente numa região crítica como a área metropolitana de São Paulo - que ainda se dá ao luxo de perder capacidade de reserva e abastecimento com a ocupação progressiva de áreas de mananciais, com escassos progressos nos programas de conservação de água e sem contar com reserva estratégica (importa 50% da água que consome da bacia do Piracicaba).

Na verdade, São Paulo não é exceção. O País todo já está cansado de saber que em suas capitais se desperdiçam de 40% a 60% da água tratada que sai dos reservatórios; que custaria de cinco a sete vezes menos conservar um litro de água do que produzir um litro "novo"; mas não há financiamentos

para isso nem na rede pública de crédito. Para completar, não se consegue votar na Assembléia Legislativa o projeto sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Também não se consegue, no plano federal, definir como se financiará o plano nacional de saneamento básico - porque não se consegue definir quem é o titular das concessões nas áreas metropolitanas. E não se consegue porque a concessão pode representar bom dinheiro em caso de privatização do saneamento. Mas sem responder à pergunta fundamental: em caso de privatização, quem financiará as redes de coleta de esgotos para a parte majoritária da população, de baixa renda, que nada pode pagar? E quem pagará pela implantação do tratamento de esgotos (hoje se trata menos de 20% dos esgotos coletados, que são pouco mais de 50% do total; portanto, tratam-se cerca de 10% dos esgotos domésticos totais)? Nesse quadro, a possibilidade de privatização preocupa - porque no mundo todo tem significado aumento de tarifas.

Para quem ainda tenha dúvida quanto à gravidade do quadro nessa área dos recursos hídricos, convém ler o recém-publicado *Água no Século XXI - Enfrentando a Escassez* (RiMa Editora/Instituto Internacional de Ecologia), do professor José Galizia Tundisi, uma das pessoas que mais sabem do assunto no País, autor de 300 trabalhos científicos e 15 livros nessa especialidade, além de ex-presidente do CNPq. Ele lembra que "a crise da água é uma ameaça permanente à humanidade e à sobrevivência da biosfera como um todo". Por isso, no quadro que está diante dos nossos olhos, "precisamos de uma nova ética".

Não basta lamentar.